

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2011



Município de Jaborá

Data de Fundação – 11/09/1963

População: 4.030 habitantes (IBGE - 2011)

PIB: 62,24 (em milhões)
(IBGE - 2009)





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário.....	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	15
4.1. Situação Patrimonial	15
4.2. Análise do resultado financeiro.....	16
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	17
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES.....	20
5.1. Saúde.....	20
5.2. Ensino	22
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências.....	22
5.2.2. FUNDEB.....	23
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF).....	26
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	26
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	28
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	29
6. DO CONTROLE INTERNO.....	30
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	31
8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	33
9. RESTRIÇÕES APURADAS	36
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011	38
CONCLUSÃO	39
ANEXO	41
APÊNDICE.....	42

PROCESSO	PCP 12/00077463
UNIDADE	Município de Jaborá
RESPONSÁVEIS	Sr. Luiz Nora – Prefeito Municipal (01/01 a 10/11/11) Sr. Carlos César Pinto - Prefeito Municipal (11/11 a 05/12/11) Sr. Deoclésio Antonio Parisotto – Prefeito Municipal (06/12 a 13/12/11) Sr. Paulo Luiz Poyer – Prefeito Municipal (14/12 a 31/12/2011)
INTERESSADA	Sra. Maria Eli Rodrigues – Prefeita Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2011
RELATÓRIO N°	2286/2012

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Jaborá, relativas ao exercício de 2011.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2011 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Jaborá, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 11/09/2012.



Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

Até 1919, quando as primeiras famílias de colonizadores chegaram ao local, Jaborá se chamava Rio Bonito e era habitada por indígenas. Colonos gaúchos de ascendência italiana trabalharam duro para abrir estradas onde antes havia apenas picadas e enfrentaram até onças enquanto roçavam as terras férteis e exploravam os pinheirais da região. A primeira vila chamou-se Romere, mas o fervor religioso dos primeiros moradores deu nome de santo ao povoado, que passou a se chamar São Roque. Em 1920, chegaram as peças da primeira serra hidráulica, trazidas por bois através das matas do Rancho Grande, no Rio Grande do Sul. Em 31 de dezembro de 1943 é criado o distrito de Jaborá, com sede no povoado de São Roque e, em 11 de setembro de 1963, o distrito torna-se município, sendo instalado em 29 de dezembro daquele mesmo ano. O nome Jaborá vem do tupi-guarani e significa “aquele que faz”.

O Município de Jaborá tem uma população estimada em 4.030² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,79³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 62.235.216,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 15.072,71, considerando uma população estimada em 2009 de 4.129 habitantes.

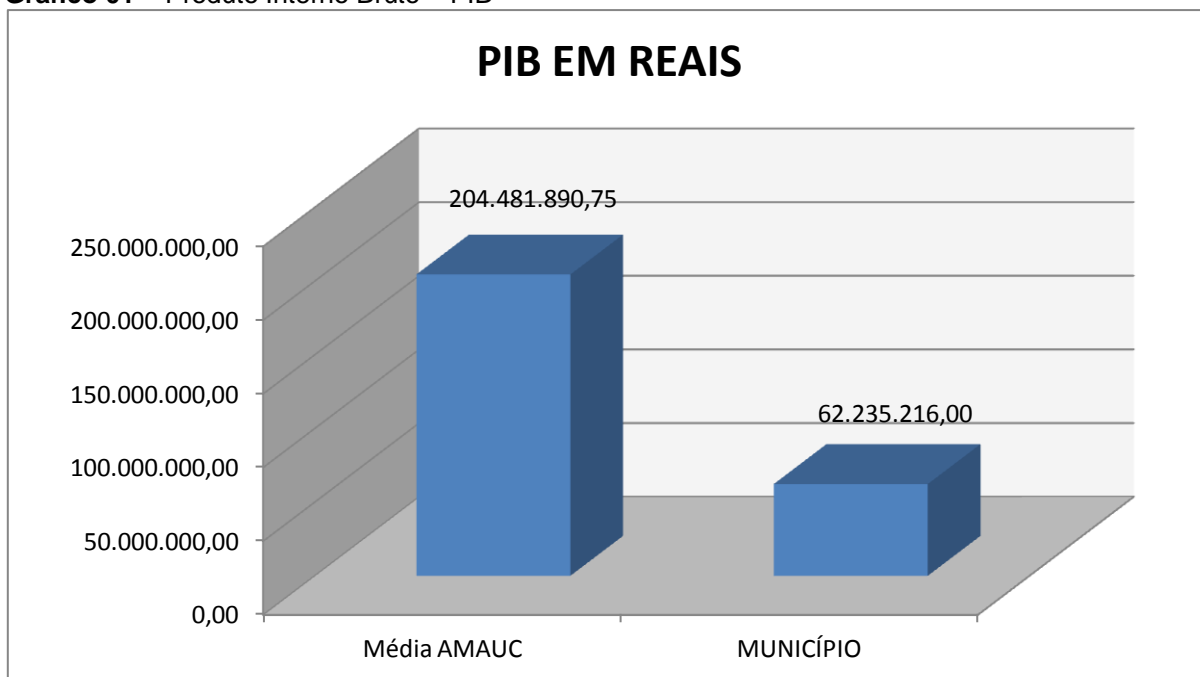
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2011

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2009

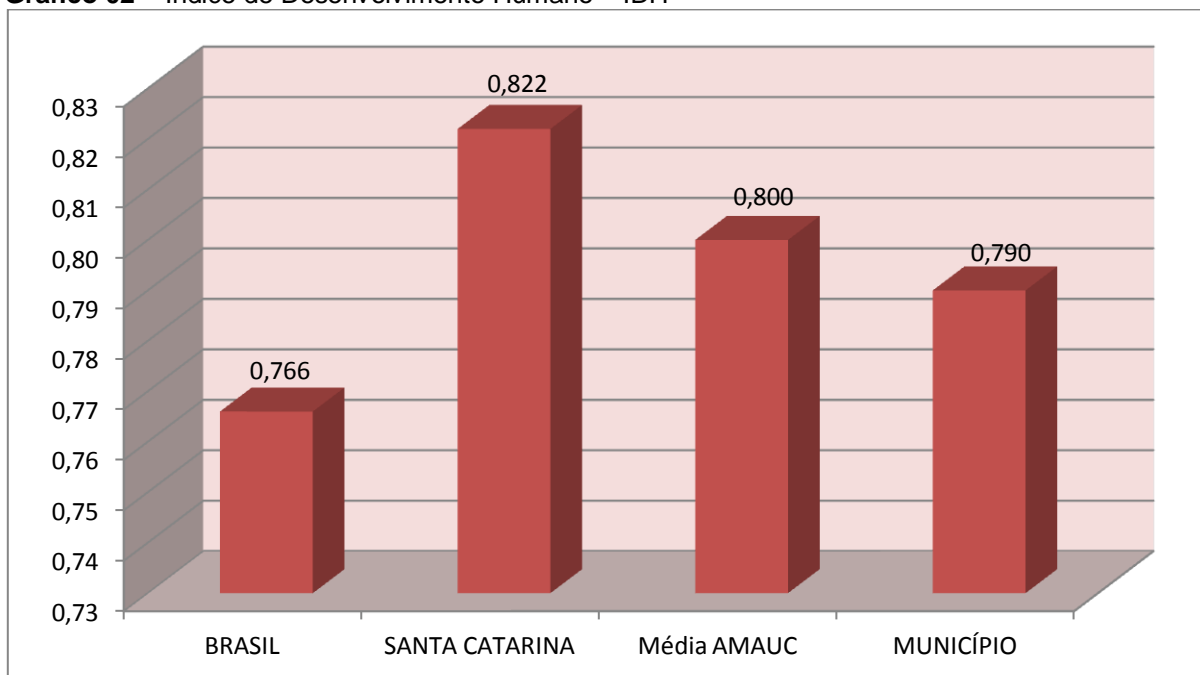
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2009

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Jaborá encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	14.829.173,00
PPA	1299/2009	25/08/2009		
LDO	1340/2010	26/03/2010	DESPESA FIXADA	14.829.173,00
LOA	1346/2010	06/08/2010		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 31.378,41**, correspondendo a **0,26%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 31.378,41, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 110.220,18 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 141.598,59.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2011

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	14.829.173,00	11.992.821,28	80,87
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	15.497.223,00	11.961.442,87	77,18
Superávit de Execução Orçamentária		31.378,41	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Jaborá nos últimos 5 anos:

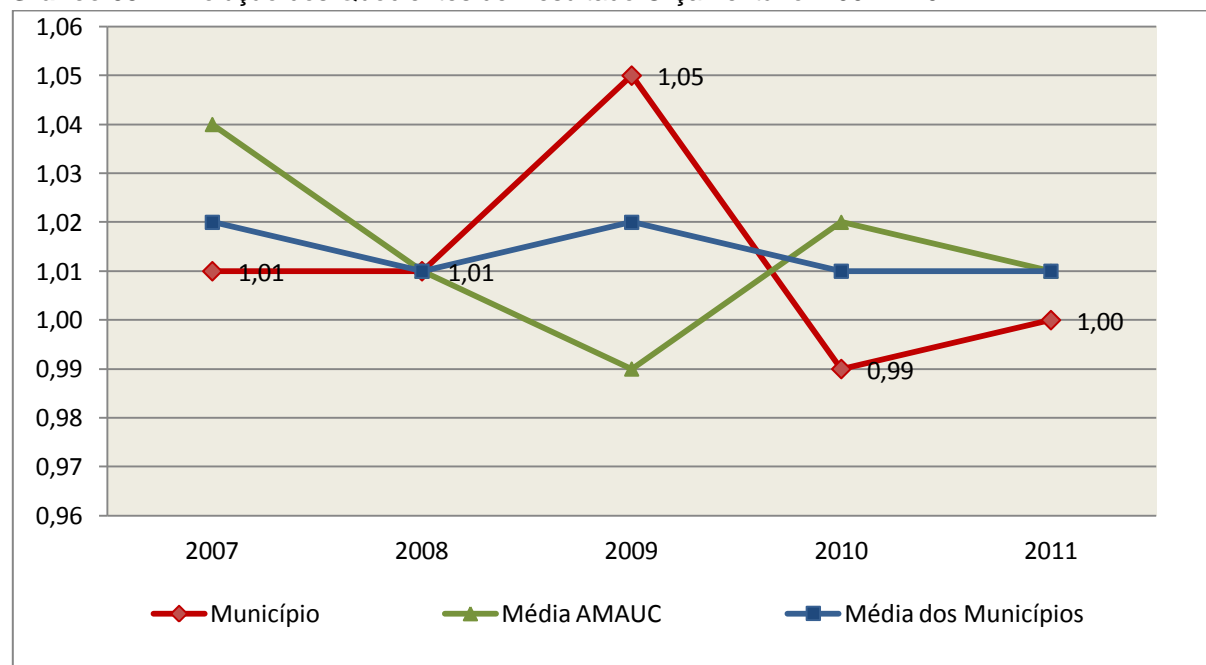
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2007-2011

ITENS / ANO		2007	2008	2009	2010	2011
1	Receita realizada	7.481.035,63	9.173.115,99	9.768.579,27	10.454.615,70	11.992.821,28
2	Despesa executada	7.404.011,53	9.087.083,23	9.297.100,00	10.516.614,28	11.961.442,87
QUOCIENTE		2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,01	1,01	1,05	0,99	1,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 11.992.821,28**, equivalendo a **80,87%** da receita orçada.

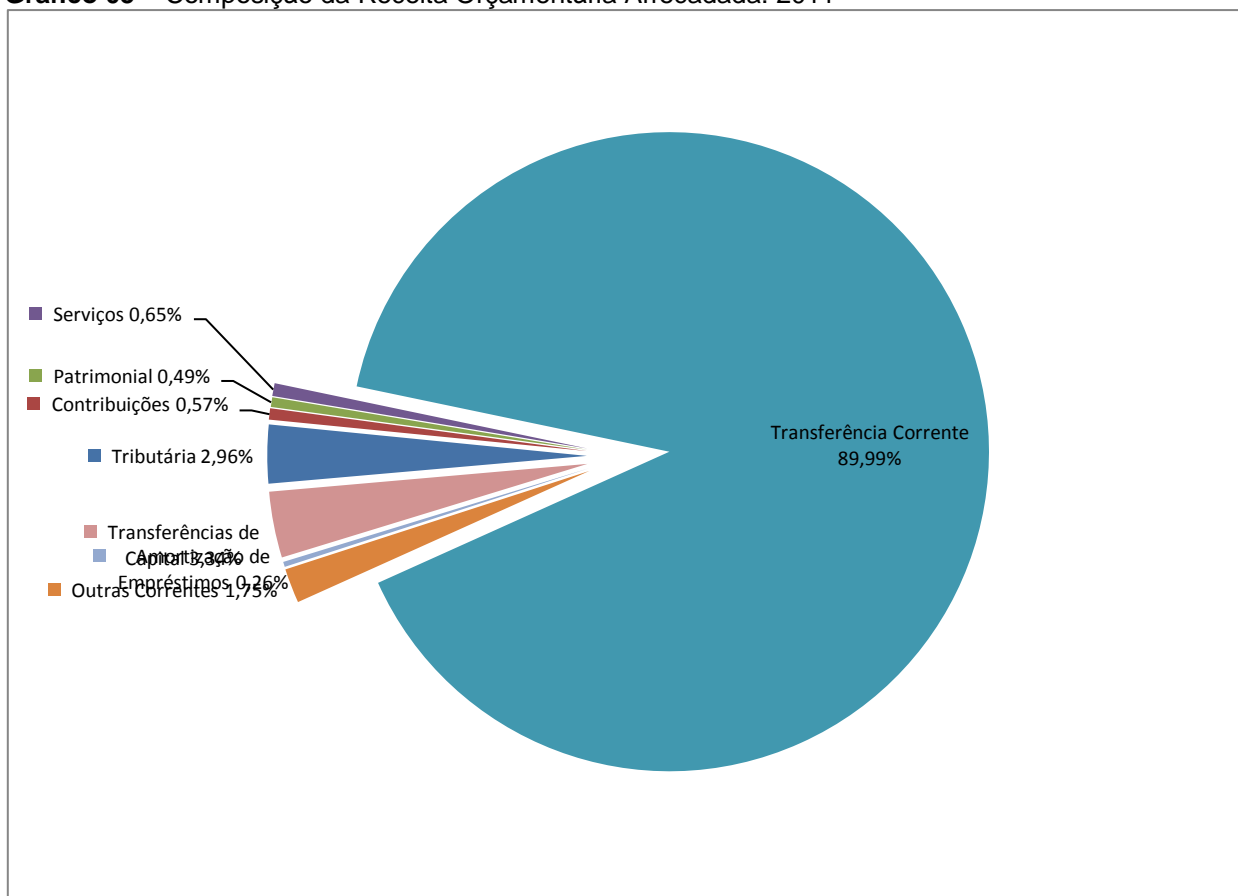
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2011

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	353.200,00	355.147,82	100,55
Receita de Contribuições	91.300,00	68.313,64	74,82
Receita Patrimonial	38.600,00	58.752,64	152,21
Receita de Serviços	81.400,00	77.617,99	95,35
Transferências Correntes	11.574.237,00	10.792.156,52	93,24
Outras Receitas Correntes	973.436,00	209.296,96	21,50
RECEITA CORRENTE	13.112.173,00	11.561.285,57	88,17
Operações de Crédito	800.000,00	-	-
Alienação de Bens	55.000,00	-	-
Amortização de Empréstimos	22.000,00	30.745,31	139,75
Transferências de Capital	840.000,00	400.790,40	47,71
RECEITA DE CAPITAL	1.717.000,00	431.535,71	25,13
TOTAL DA RECEITA	14.829.173,00	11.992.821,28	80,87

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2011

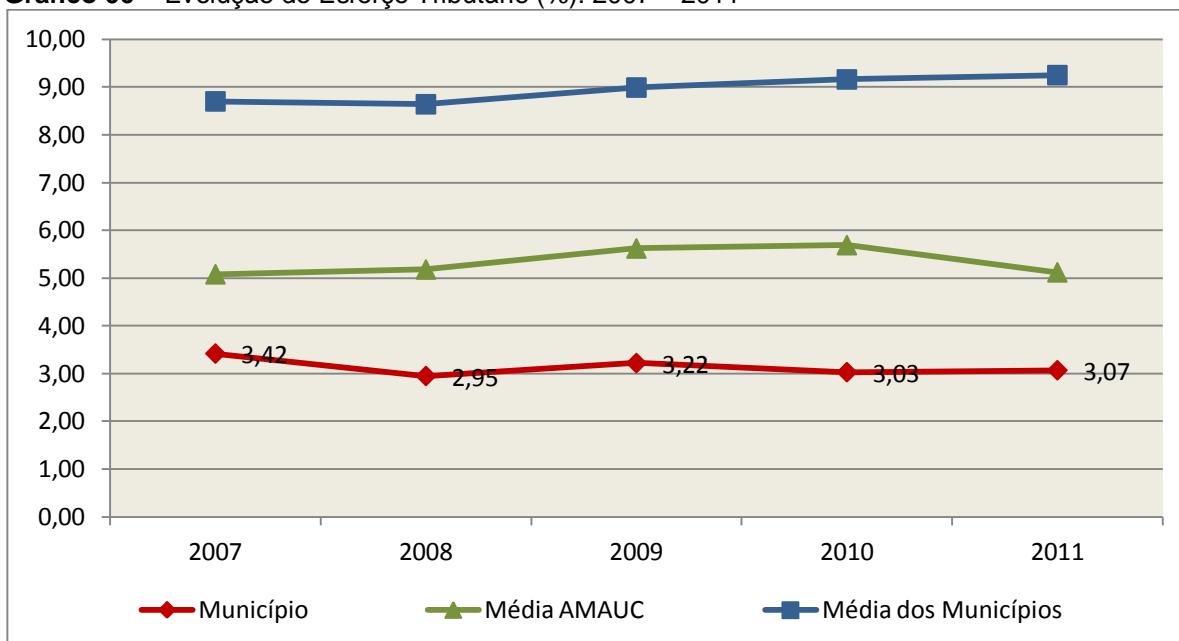


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **89,99%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2007 – 2011

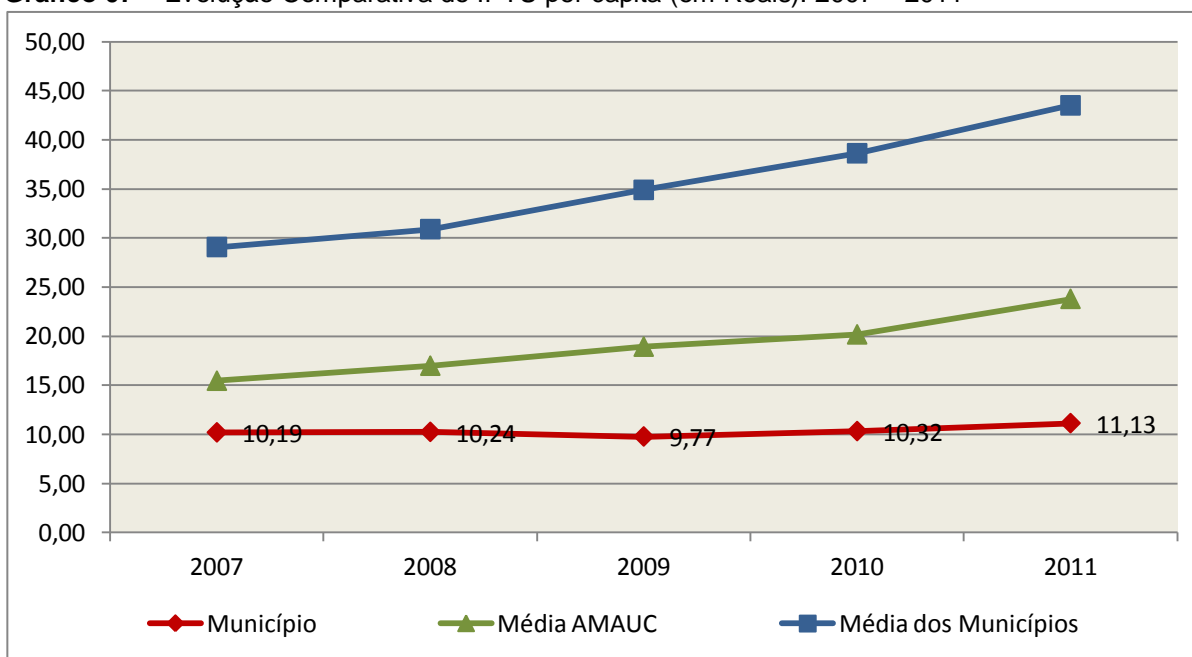


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

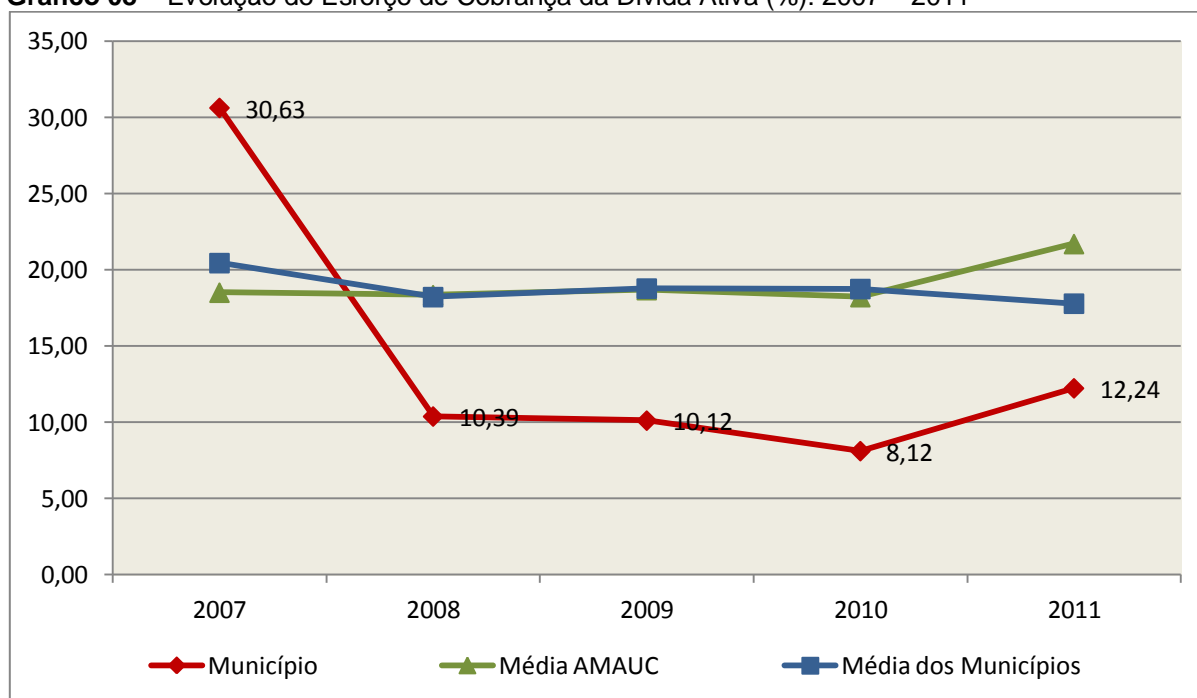
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2011

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
263.646,50	69.073,56	0,00	0,00	32.259,26	0,00	300.460,80

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	660.000,00	489.956,17	74,24
04-Administração	1.470.500,00	1.366.273,32	92,91
06-Segurança Pública	43.500,00	18.028,12	41,44



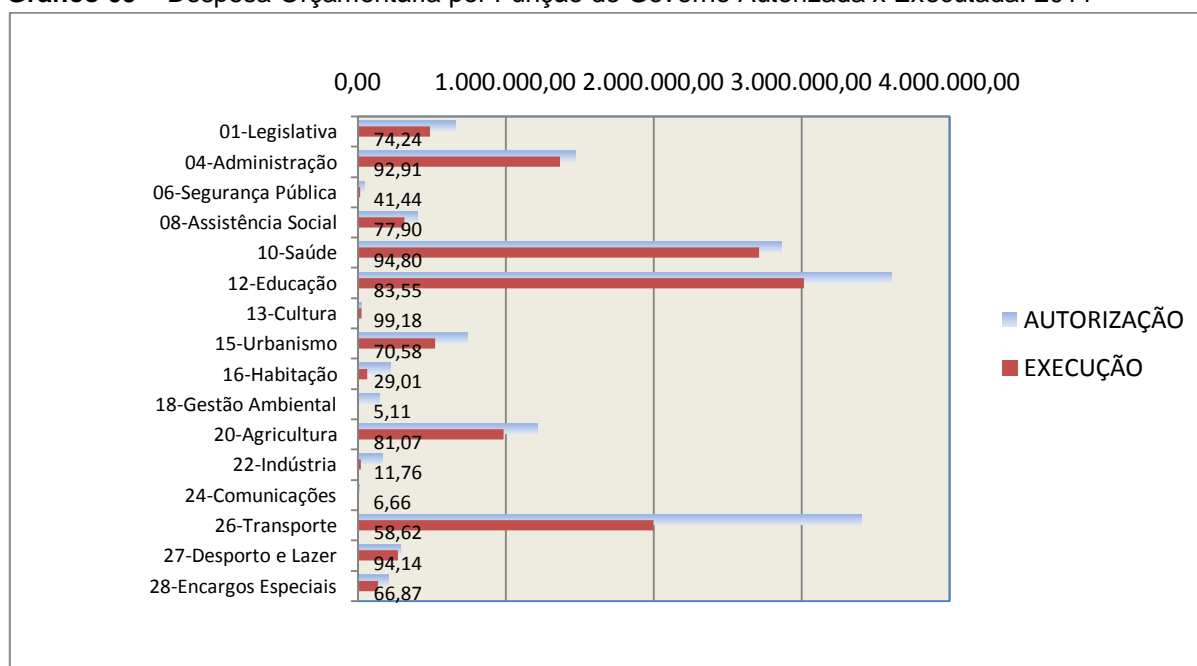
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
08-Assistência Social	404.600,00	315.183,66	77,90
10-Saúde	2.864.653,00	2.715.667,48	94,80
12-Educação	3.611.420,00	3.017.465,98	83,55
13-Cultura	24.000,00	23.802,95	99,18
15-Urbanismo	743.800,00	524.972,00	70,58
16-Habitação	220.000,00	63.824,85	29,01
18-Gestão Ambiental	148.000,00	7.560,00	5,11
20-Agricultura	1.217.750,00	987.264,07	81,07
22-Indústria	170.000,00	20.000,00	11,76
24-Comunicações	12.000,00	799,00	6,66
26-Transporte	3.408.000,00	1.997.885,72	58,62
27-Desporto e Lazer	290.000,00	272.992,39	94,14
28-Encargos Especiais	209.000,00	139.767,16	66,87
TOTAL DA DESPESA	15.497.223,00	11.961.442,87	77,18

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2011



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2007 – 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2007	2008	2009	2010	2011
01-Legislativa	502.741,63	446.874,42	389.455,00	478.802,26	489.956,17
04-Administração	944.160,69	973.774,97	1.155.657,78	1.280.489,99	1.366.273,32
06-Segurança Pública	14.584,53	13.400,31	15.066,32	16.895,14	18.028,12
08-Assistência Social	236.573,29	271.727,10	200.388,71	239.644,71	315.183,66
10-Saúde	1.494.670,22	1.933.855,45	1.977.666,81	2.270.394,96	2.715.667,48
12-Educação	1.895.863,26	2.580.917,98	2.403.227,22	2.438.434,12	3.017.465,98
13-Cultura	34.719,99	22.928,23	15.443,59	15.301,80	23.802,95
15-Urbanismo	348.708,63	314.599,47	281.404,25	346.574,94	524.972,00
16-Habitação	24.600,00	162.291,75	31.450,00	28.000,00	63.824,85
17-Saneamento	63.165,85	55.624,07	853,67	-	-
18-Gestão Ambiental	-	-	950,00	14.223,71	7.560,00
20-Agricultura	479.203,95	556.943,76	822.698,06	753.272,61	987.264,07
22-Indústria	-	10.094,40	-	-	20.000,00
23-Comércio e Serviços	-	5.880,00	-	-	-
24-Comunicações	-	-	-	-	799,00
26-Transporte	1.092.776,52	1.486.330,93	1.806.721,73	2.360.119,15	1.997.885,72
27-Desporto e Lazer	186.146,64	130.193,08	117.827,03	154.864,62	272.992,39

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2007	2008	2009	2010	2011
28-Encargos Especiais	86.096,33	104.587,66	112.409,13	119.596,27	139.767,16
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	7.404.011,53	9.070.023,58	9.331.219,30	10.516.614,28	11.961.442,87

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2011

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	44.867,96	0,41
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	113.163,95	1,04
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	106.032,82	0,97
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	62.291,43	0,57
Cota do ICMS	5.406.537,19	49,65
Cota-Parte do IPVA	229.404,56	2,11
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	106.146,50	0,97
Cota-Parte do FPM	4.780.195,84	43,90
Cota do ITR	6.457,44	0,06
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	29.760,72	0,27
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	2.351,50	0,02
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	1.982,85	0,02
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	10.889.192,76	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2011

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	13.673.923,87
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.112.638,30
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.561.285,57

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Jaborá (em Reais): 2010 – 2011

ATIVO	2010	2011	PASSIVO	2010	2011
Financeiro	562.885,57	628.921,89	Financeiro	93.100,93	127.758,84
Disponível	542.168,54	608.204,86	Depósitos	39.533,13	78.158,98
Bancos Conta Movimento	314.219,45	127.483,38	Consignações	18.957,06	57.582,91
Bancos Conta Vinculada	192.827,64	480.721,48	Depósitos de Diversas Origens	20.576,07	20.576,07
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	35.121,45	-	Restos a Pagar	53.567,80	49.599,86
			Obrigações a Pagar	53.567,80	49.599,86
Realizável	20.717,03	20.717,03			
Créditos a Receber	15.324,13	15.324,13	Permanente	20.921,40	-
Valores Pendentes a Curto Prazo	5.392,90	5.392,90	Dívida Fundada	20.921,40	-
Permanente	5.943.008,81	6.400.060,37			
Dívida Ativa	263.646,50	300.460,80			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	263.646,50	300.460,80			
Realizável a Longo Prazo	132.800,12	148.154,81			
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	132.800,12	148.154,81			
Imobilizado	5.546.562,19	5.951.444,76			

ATIVO	2010	2011	PASSIVO	2010	2011
Bens Móveis e Imóveis	5.546.562,19	5.951.444,76			
Bens Imóveis	1.299.230,49	1.364.904,39			
Bens Móveis	4.247.331,70	4.586.540,37			
ATIVO REAL	6.505.894,38	7.028.982,26	PASSIVO REAL	114.022,33	127.758,84
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	6.391.872,05	6.901.223,42
			Ativo Real Líquido	6.391.872,05	6.901.223,42
TOTAL	6.505.894,38	7.028.982,26	TOTAL	6.505.894,38	7.028.982,26

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 501.163,05** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,20** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 31.378,41** passando de um Superávit de **R\$ 469.784,64** para um Superávit de **R\$ 501.163,05**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 342.324,02**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2010 - 2011

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	562.885,57	628.921,89	66.036,32
Passivo Financeiro	93.100,93	127.758,84	34.657,91
Saldo Patrimonial Financeiro	469.784,64	501.163,05	31.378,41

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

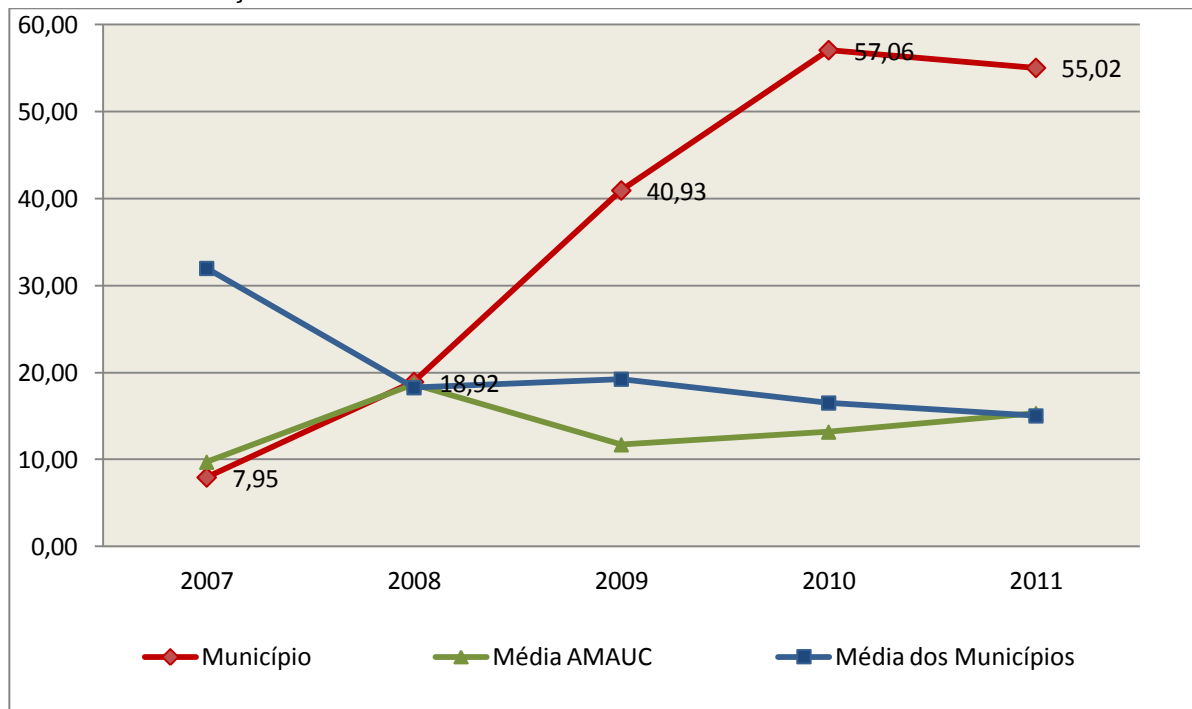
Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2007 – 2011

ITENS / ANO	2007	2008	2009	2010	2011
1 Despesa Executada	7.404.011,53	9.070.023,58	9.331.219,30	10.516.614,28	11.961.442,87
2 Restos a Pagar	378.264,27	166.579,99	84.213,15	53.567,80	49.599,86
3 Ativo Financeiro Ajustado	448.703,46	307.034,38	659.487,20	562.885,57	628.921,89
4 Passivo Financeiro Ajustado	467.959,62	232.972,24	131.005,44	93.100,93	127.758,84
5 Ativo Real	4.068.566,34	4.621.158,87	5.771.458,78	6.505.894,38	7.028.982,26
6 Passivo Real	511.721,97	244.281,87	141.002,38	114.022,33	127.758,84
QUOCIENTES	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Patrimonial (5÷6)	7,95	18,92	40,93	57,06	55,02
Situação Financeira (3÷4)	0,96	1,32	5,03	6,05	4,92
Restos a Pagar (2÷1)*100	5,11	1,84	0,90	0,51	0,41

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2007 – 2011


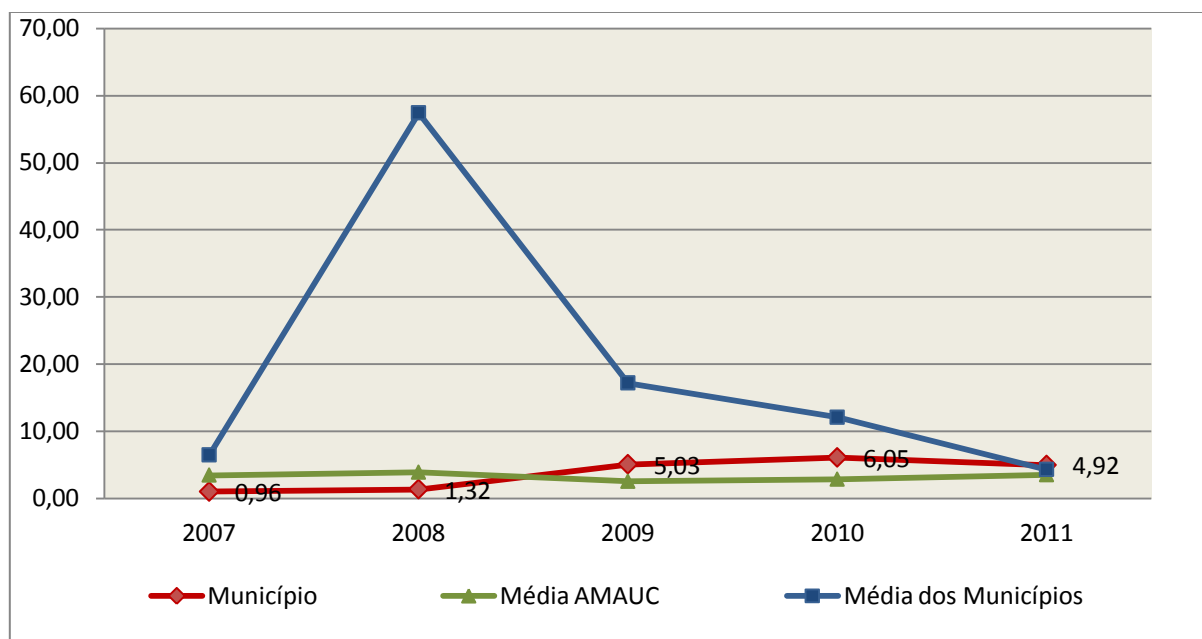
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2011 o Ativo Real apresenta-se **55,02** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2007 – 2011



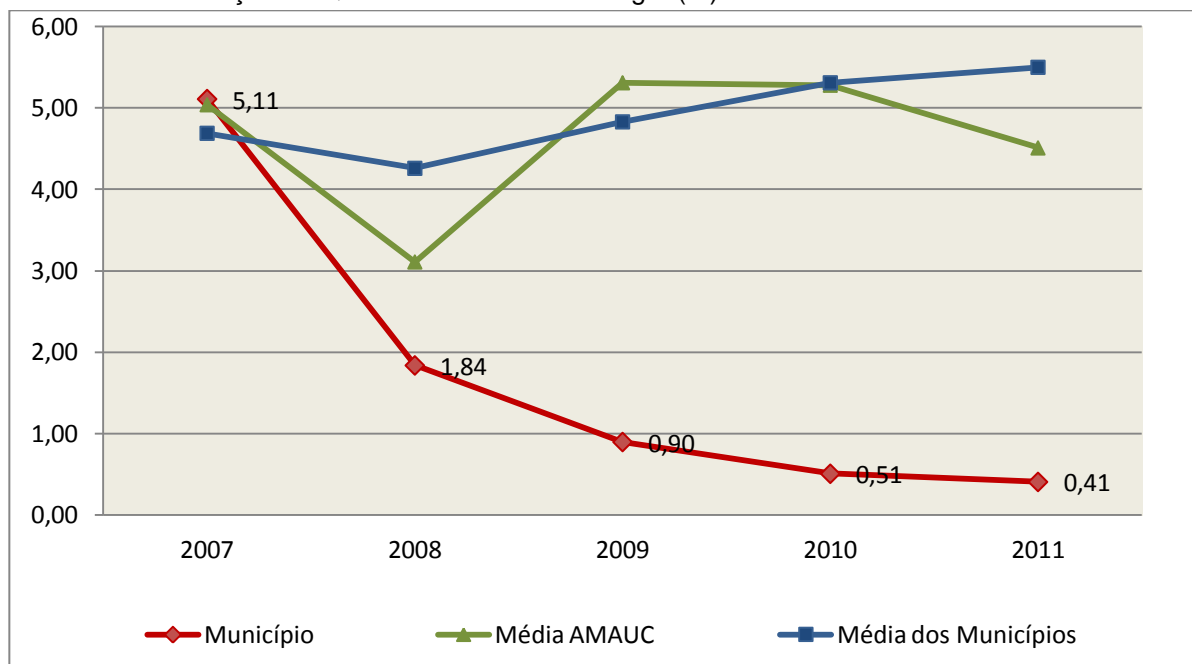
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2011 o Ativo Financeiro representa **4,92** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Jaborá é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **0,41%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2011 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.235.795,08** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **20,53%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 602.416,17**, representando **5,53%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2011

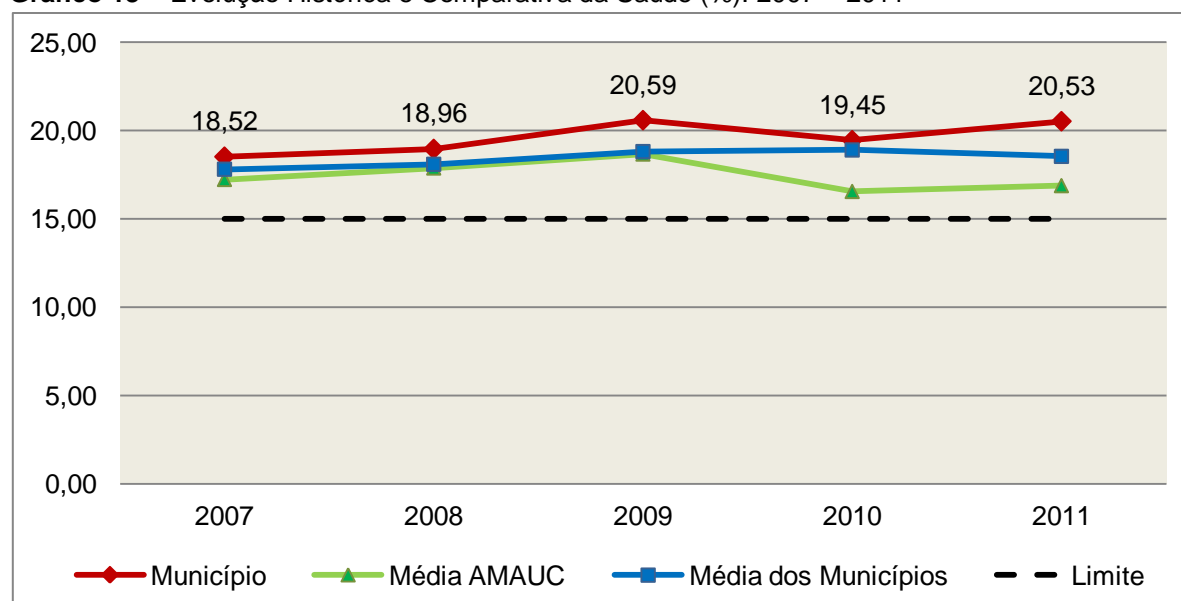
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	10.889.192,76	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.715.667,48	24,94
Atenção Básica (10.301)	2.572.781,92	23,63
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (10.302)	133.000,00	1,22
Vigilância Sanitária (10.304)	6.187,06	0,06
Vigilância Epidemiológica (10.305)	3.698,50	0,03
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	479.872,40	4,41
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	2.235.795,08	20,53
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.633.378,91	15,00
Valor Acima do Limite	602.416,17	5,53

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Jaborá em 2011 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2011) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.245.871,33** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **29,81%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 523.573,14**, representando **4,81%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2011

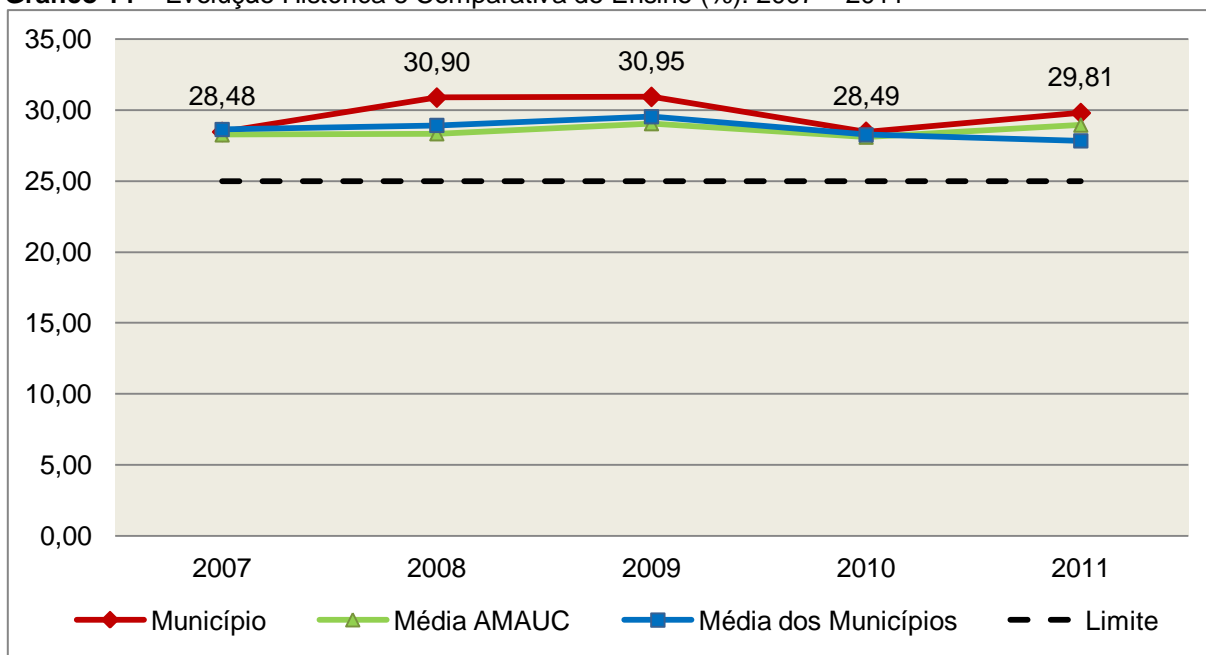
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	10.889.192,76	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	409.463,12	3,76
Educação Infantil (12.365)	409.463,12	3,76
Valor Aplicado Ensino Fundamental	2.449.000,21	22,49
Ensino Fundamental (12.361/12.366)	2.449.000,21	22,49
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	521.381,14	4,79
(+) Perda com FUNDEB	920.378,22	8,45
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras (fl. 05)	11.589,08	0,11
Total das Despesas para efeito de Cálculo	3.245.871,33	29,81
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.722.298,19	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	523.573,14	4,81

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Jaborá em 2011 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.008.544,09**, equivalendo a **83,78%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

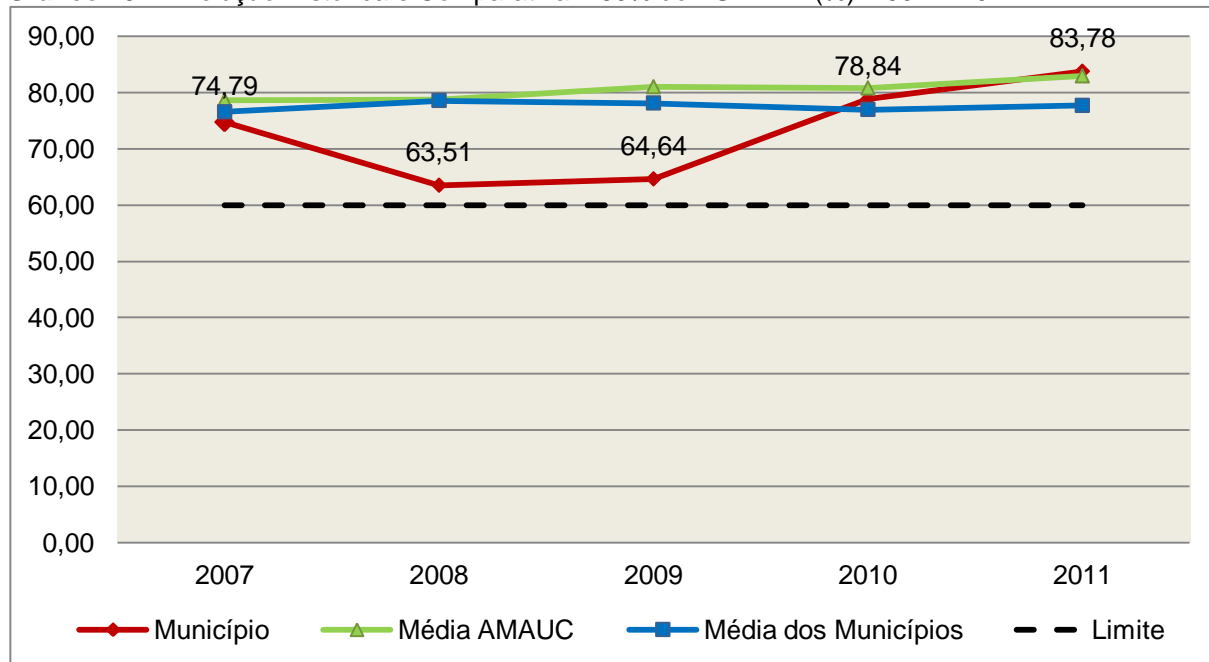
A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB (fl. 06)	1.192.260,08
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB (fl. 05)	11.589,08
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	1.203.849,16
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	722.309,50
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB (Fonte de Recurso 18, Grupos de Destinação 1 e 2)	1.008.544,09
Valor Acima do Limite	286.234,59

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.155.087,40**, equivalendo a **95,95%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2011

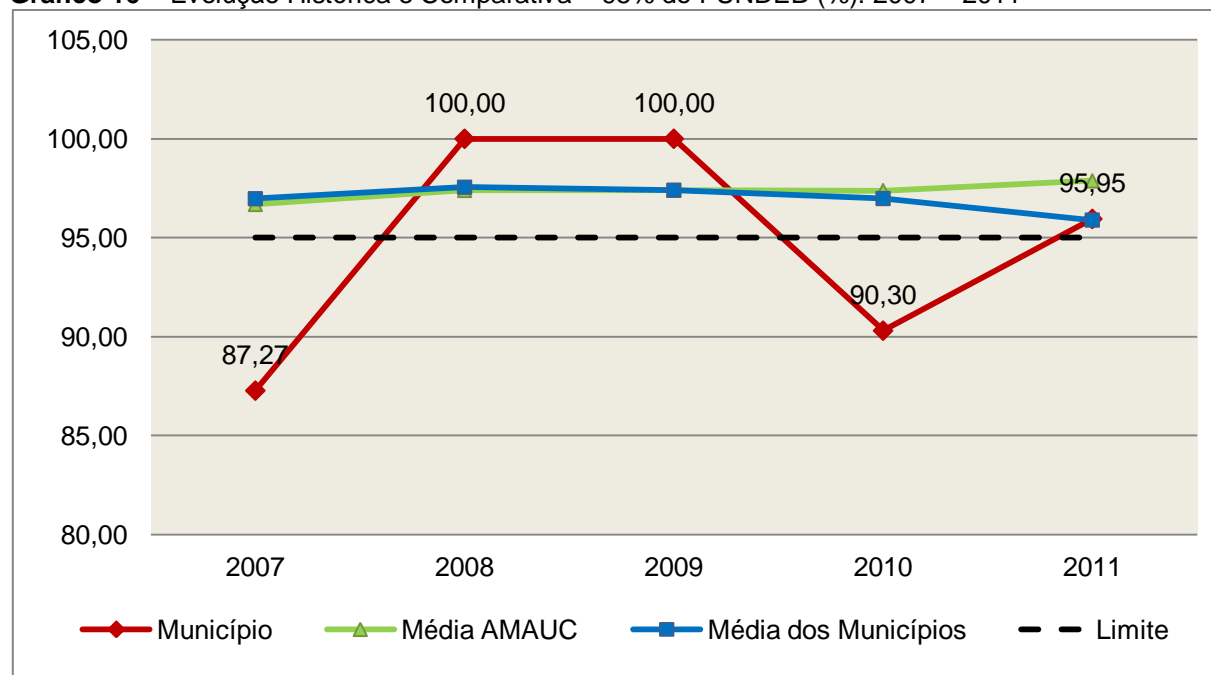
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.203.849,16
95% dos Recursos do FUNDEB	1.143.656,70
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	1.155.087,40
Valor Acima do Limite	11.430,70

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Jaborá ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.



Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município não realizou despesas com o saldo do exercício anterior do FUNDEB no valor de **R\$ 49.770,06, DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no item 91.1 das Restrições de Ordem Legal).

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2011: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011 (fl. 420)	48.761,76
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	48.761,76

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.561.285,57	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.936.771,34	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.821.480,79	41,70

Pessoal e Encargos	4.821.480,79	41,70
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	345.979,89	2,99
Pessoal e Encargos	345.979,89	2,99
Total das deduções das despesas com pessoal*	68.317,35	0,59
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	5.099.143,33	44,11
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.837.628,01	15,89

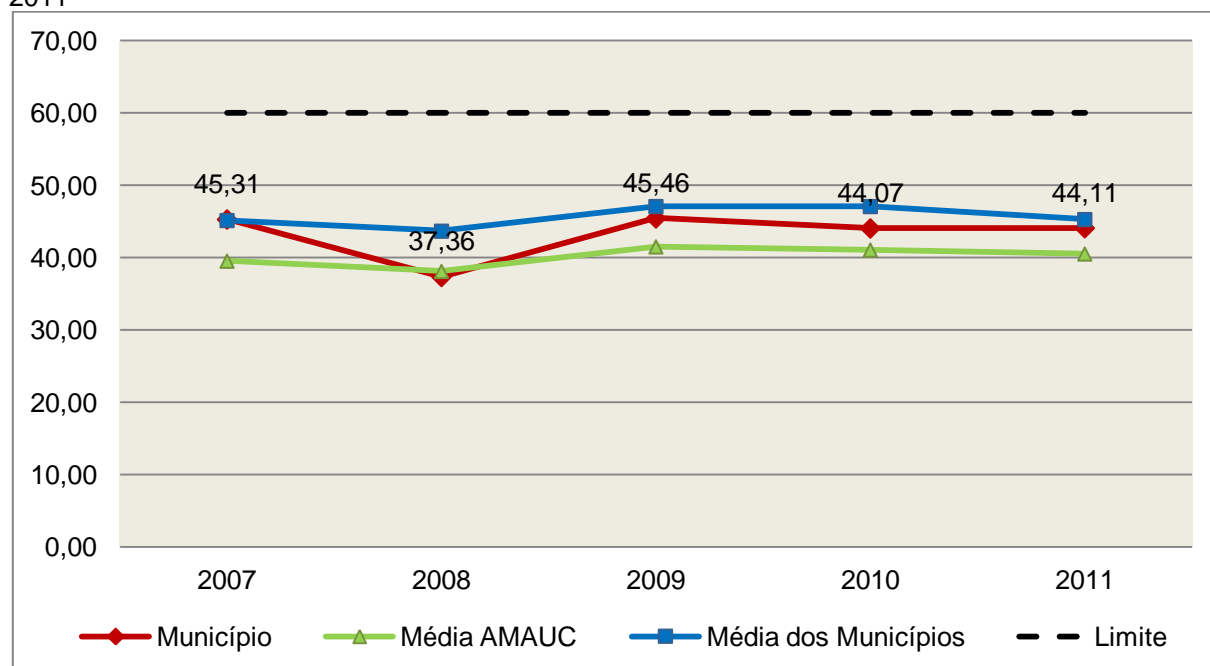
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **44,11%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Jaborá, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.561.285,57	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.243.094,21	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.821.480,79	41,70
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	68.317,35	0,59
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.753.163,44	41,11
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.489.930,77	12,89

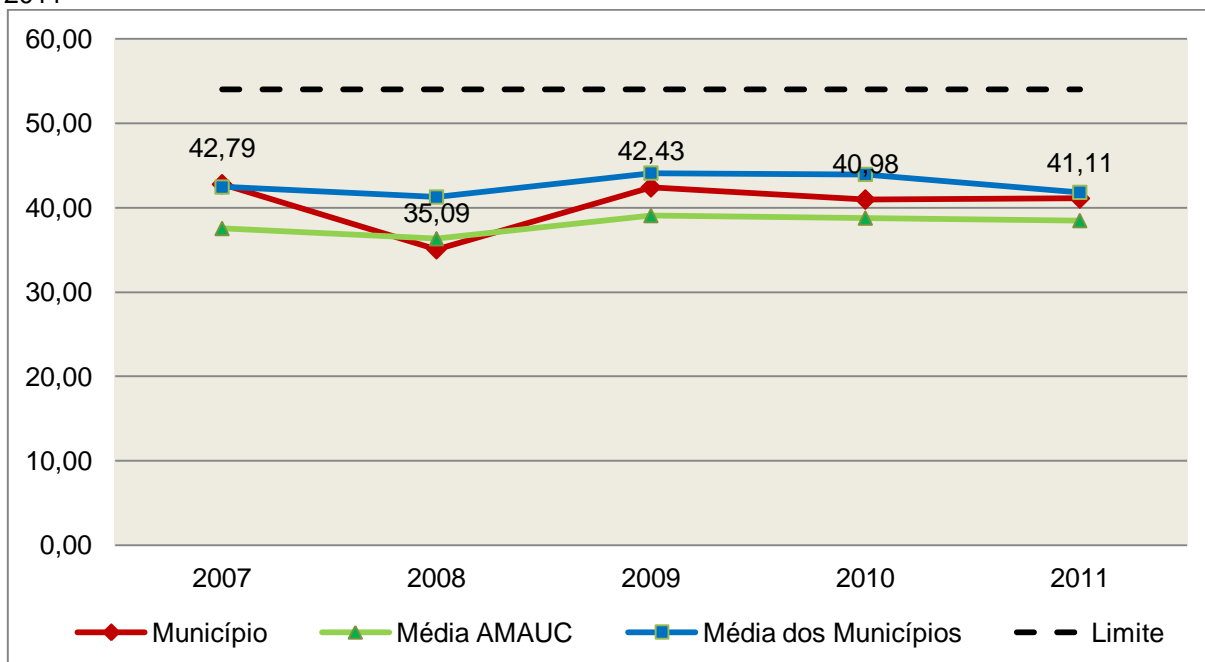
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **41,11%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.561.285,57	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	693.677,13	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	345.979,89	2,99
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	345.979,89	2,99
Valor Abaixo do Limite (6%)	347.697,24	3,01

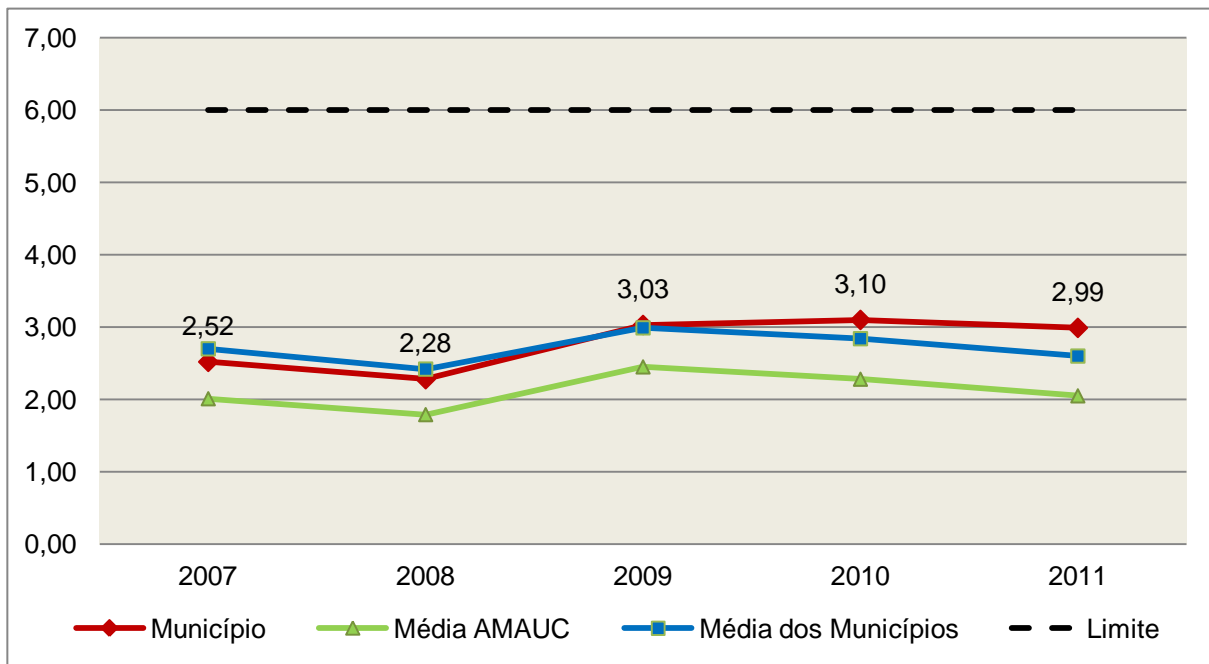
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,99%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Jaborá, sua Lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	1085/2003, de 01/07/2003					
RESPONSÁVEL	Cristiane Zucchi Sopelsa Segala, Cleide Mantei, Samara Gonçalves Machado e Cheila Cristina Monteiro			ATO DE NOMEAÇÃO	271/09, 143/11, 250/11 e 04/12, de 21/09/2009	
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2011	31/05/2011	01/08/2011	30/09/2011	30/11/2011	31/01/2012
	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	12/04/2011	02/06/2011	03/08/2011	03/10/2011	29/11/2011	23/01/2012
Diferença em Dias						
1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.	
12	2	2	3	0	0	

Obs.: O atraso no envio dos Relatórios do Controle Interno consta como restrição anotada no item 9.1.1 das Restrições de Ordem Legal do capítulo 9 - Restrições Apuradas, deste Relatório.

Os Relatórios elaborados pelo Controle Interno apresentam informações sobre o desempenho orçamentário e financeiro do ente, o cumprimento dos limites legais e constitucionais como saúde, educação e pessoal; além de apresentar informações sobre Atos Administrativos, Controle de Pessoal, Restos a Pagar, Certidões Negativas de Débito e a confirmação da remessa de dados do Sistema e-Sfinge.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve

ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº TC/DMU 4.718/2012 (fls. 367 a 413 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, à fl. 368.

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente às políticas públicas voltadas à Criança e ao Adolescente, porém, tais programas foram

inseridos no Fundo Municipal de Assistência Social, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da FMAS, conforme fl. 367 dos autos.

8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:



- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Município de **Jaborá**, com base na população estimada⁵ quando a Lei Complementar nº 131/2009 entrou em vigor, acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, se enquadra na regra estabelecida no artigo 73-B, III, do citado diploma legal, ou seja, o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 48 e do artigo 48-A da referida Lei iniciará no exercício de 2013.

A análise no que se refere à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação da existência ou não da divulgação dessas informações por meios eletrônicos.

Assim, constatou-se que o Município de **Jaborá** possui em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Alertando-se que a partir do mês de maio de 2013 é obrigatória a divulgação desses dados de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010.

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 9.1.1 Ausência de realização de despesas, no primeiro trimestre de 2011, com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 49.770,06**, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

⁵ População de 4.138 habitantes (IBGE – 2008).

- 9.1.2 Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º, 3º e 4º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004 (item 6).

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Demonstra adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 31.378,41
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 501.163,05
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	20,53%
4.2) Ensino	25,00%	29,81%
4.3) FUNDEB	60,00%	83,78%
	95,00%	95,95%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	44,11%
b) Poder Executivo	54,00%	41,11%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,99%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2011 do Município de Jaborá**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **9.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade mencionada no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;



III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 7, em 13/09/2012.

MAGALY SILVEIRA DOS SANTOS
SCHRAMM
Auditor Fiscal de Controle Externo

RICARDO JOSÉ DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 7

De Acordo

Em 13/09/2012.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Inspetoria 3

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde conforme Apêndice deste Relatório	455.476,57
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde conforme Apêndice deste Relatório	24.395,83
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	479.872,40

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil conforme Apêndice deste Relatório	90,00
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental conforme Apêndice deste Relatório	283.126,49
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental conforme Apêndice deste Relatório	238.164,65
Total das deduções das despesas com Educação Básica	521.381,14

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94)	68.317,35
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	68.317,35
Total das deduções das despesas com pessoal	68.317,35

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB (fl. 06 dos autos)	1.192.260,08
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB (fl. 05 dos autos)	11.589,08
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011 (fl 420 dos autos)	48.761,76
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2011	1.155.087,40

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde, conforme fl. 419 dos autos:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
64 - Atenção Básica	2011	301	362.240,05	362.240,05	360.035,88
66 - Vigilância em Saúde	2011	304	6.187,06	6.187,06	5.827,06
66 - Vigilância em Saúde	2011	305	3.698,50	3.698,50	3.698,50
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2011	301	22.872,80	22.872,80	22.872,80
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2011	301	60.478,16	60.478,16	60.478,16
TOTAL			455.476,57	455.476,57	452.912,40

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	28	04/01/2011	JOSIANE CRISTINA MENEGAZZI	1.800,00	1.800,00	1.800,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço na área de nutrição em pacientes encaminhados pela Unidade de Saúde da Sede e palestras referente ao mês de Dezembro de 2010.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	73	18/01/2011	CRISTIANE BARRETA E OUTROS	1.400,00	1.400,00	1.400,00	Valor que se empenha para suprir despesas com pagamento das estagiárias Cristiane Barreta, Naiane Ribeiro e Eduarda Julia Nicolli referente ao mês 01/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	166	16/02/2011	CRISTIANE BARRETA E OUTROS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Valor que se empenha para suprir despesas com pagamento dos estagiários Naiane Ribeiro, Cristiane Barreta e Eduarda Julia Nicolli, referente ao mês 02/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	227	03/03/2011	PÚBLICA CONS. E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA.	8.356,04	8.356,04	8.356,04	Valor que se empenha para suprir despesas com Auxílio Técnico Administrativo a fim de proceder com levantamentos específicos no setor tributário e efetuar sua compensação conforme Contrato nº81/2010 referente ao mês 02/2011.- Pregão Presencial nº 32/2010 de 04/01/11 da Prefeitura Municipal de Jaborá.
Fundo Municipal de	02 - Receitas de Impostos e Transf	301	281	16/03/2011	ADEMAR SAVOLDI & CIA LTDA.	435,50	435,50	435,50	Valor que se empenha para aquisição de fraldas e gêneros alimentícios para distribuição gratuita a pessoas carentes do

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Saúde de Jaborá	de impostos: Saúde								Município conforme autorização em anexo.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	284	16/03/2011	EDUARDA JULIA NICOLLI E OUTROS	600,00	600,00	600,00	Valor que se empenha para suprir despesas com pagamento da estagiária Eduarda Julia Nicolle, referente ao mês 03/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	424	19/04/2011	EDUARDA JULIA NICOLLI E OUTROS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Valor que se empenha para suprir despesas com pagamento das estagiárias Eduarda Julia Nicolle e Fabíola Luciane Grezel, referente ao mês 04/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	435	20/04/2011	JACOB BIEZUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.	1.680,00	1.680,00	1.680,00	Valor que se empenha para suprir despesas com franquia de seguro do Celta Spirit de placas MHU-7911.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	443	25/04/2011	MERCADO TIZATTO LTDA.	379,79	379,79	379,79	Valor que se empenha para aquisição de Fraldas Geriatricas e gêneros alimentícios a serem distribuídos a pessoas carentes do Município.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	678	20/06/2011	EDUARDA JULIA NICOLLI E OUTROS	1.400,00	1.400,00	1.400,00	Valor que se empenha para suprir despesas com pagamento das estagiárias Eduarda Julia Nicolle, Fabíola Luciane Grezel e Thaison Prando referente ao mês 06/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	779	18/07/2011	EDUARDA JULIA NICOLLI E OUTROS	1.400,00	1.400,00	1.400,00	Valor que se empenha para suprir despesas com pagamento das estagiárias Eduarda Julia Nicolle, Fabíola Luciane Grezel e Thaison Prando referente ao mês 07/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	885	17/08/2011	EDUARDA JULIA NICOLLI E OUTROS	1.400,00	1.400,00	1.400,00	Valor que se empenha para suprir despesas com pagamento das estagiárias Eduarda Julia Nicolle, Fabíola Luciane Grezel e Thaison Prando referente ao mês 08/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1029	19/09/2011	EDUARDA JULIA NICOLLI E OUTROS	1.146,66	1.146,66	1.146,66	Valor que se empenha para suprir despesas com pagamento das estagiárias Eduarda Julia Nicolle, Fabíola Luciane Grezel e Thaison Prando referente ao mês 09/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1125	17/10/2011	EDUARDA JULIA NICOLLI E OUTROS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Valor que se empenha para suprir despesas com pagamento das estagiárias Eduarda Julia Nicolle e Fabíola Luciane Grezel referente ao mês 10/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1161	24/10/2011	ADEMAR SAVOLDI & CIA LTDA.	189,21	189,21	189,21	Valor que se empenha para aquisição de kit para gestantes do município, conforme relação em Anexo.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Jaborá	Saúde								
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1229	11/11/2011	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA EST. SC - CIEE	208,63	208,63	208,63	Valor que se estima para suprir despesas de prestação de serviço segundo Convênio celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde e o Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC no transcurso do exercício de 2011.
Fundo Municipal de Saúde de Jaborá	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1239	17/11/2011	EDUARDA JULIA NICOLLI E OUTROS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Valor que se empenha para suprir despesas com pagamento das estagiárias Eduarda Julia Nicolle e Fabiola Luciane Grezel referente ao mês 11/2011.
TOTAL						24.395,83	24.395,83	24.395,83	

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3605	19/12/2011	DIRLEI MASSON LAZAROTTO - ME	90,00	90,00	90,00	Valor que se empenha referente aquisicao de generos de alimentacao a serem consumidos na Escola Infartil Alcides Ferrari em ocasio do encerramento das atividades do ano de 2011
TOTAL						90,00	90,00	90,00	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação (fl. 416 dos autos)	2011	361	109.639,32	109.639,32	109.639,32
58 - Salário Educação (fl. 417 dos autos)	2011	361	112.134,97	112.134,97	112.134,97
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE (fl. 418 dos autos)	2011	361	61.352,20	61.352,20	61.352,20
TOTAL			283.126,49	283.126,49	283.126,49

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	218	31/01/2011	GM TRANSPORTES - ALDUINO MASSON - ME.	2.416,58	2.416,58	2.416,58	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Joaçaba, referente ao mês 01/2011, conforme trajetos nºs 03 e 04, 03 dias período matutino percorrendo 279km e 07 dias período noturno percorrendo 679km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	462	24/02/2011	TRANSPORTES TAIS DE TAIS GALVAN - ME	4.548,60	4.548,60	4.548,60	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 02/2011, conforme trajeto nº 01 percorrendo 1.805Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	463	24/02/2011	GM TRANSPORTES - ALDUINO MASSON - ME.	10.462,96	10.462,96	10.462,96	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Joaçaba, referente ao mês 02/2011, conforme trajetos nºs 03 e 04, 24 dias período matutino percorrendo 2.232km e 20 dias período noturno percorrendo 1.940km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	464	24/02/2011	TRANSPORTES LS-LEONIR SOSTER -ME	4.132,80	4.132,80	4.132,80	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 02/2011, conforme trajeto nº 02 percorrendo 1.680Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	470	24/02/2011	ANALÚ TERESA SANDI ELEJUKI	1.500,00	1.500,00	1.500,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviços na área de alimentação e nutrição nas escolas da rede Municipal de ensino, orientar a compra de produtos e o cardápio de merenda escolar referente ao mês de Fevereiro/2011, conforme Contrato Administrativo nº047/2011.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	732	24/03/2011	ANALÚ TERESA SANDI ELEJUKI	1.500,00	1.500,00	1.500,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviços na área de alimentação e nutrição nas escolas da rede Municipal de ensino, orientar a compra de produtos e o cardápio de merenda escolar referente ao mês de Março/2011.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	813	31/03/2011	GM TRANSPORTES - ALDUINO MASSON - ME.	11.417,00	11.417,00	11.417,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Joaçaba, referente ao mês 03/2011, conforme trajetos nº03 percorrendo 2.134km e trajeto nº04 percorrendo 2.418km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	814	31/03/2011	TRANSPORTES LS-LEONIR SOSTER -ME	5.682,60	5.682,60	5.682,60	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 03/2011, conforme trajeto nº 02 percorrendo 2.310Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	815	31/03/2011	TRANSPORTES TAIS DE TAIS GALVAN - ME	5.985,00	5.985,00	5.985,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 03/2011, conforme trajeto nº 01 percorrendo 2.375Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1041	29/04/2011	GM TRANSPORTES - ALDUINO MASSON - ME.	9.985,94	9.985,94	9.985,94	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Joaçaba, referente ao mês 04/2011, conforme trajeto nº 01 percorrendo 1.805Km.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Jaborá	de Impostos: Educação				ME.				ao mês 04/2011, conforme trajetos nº03 percorrendo 1.843km e trajeto nº04 percorrendo 2.139km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1042	29/04/2011	TRANSPORTES LS-LEONIR SOSTER -ME	4.907,70	4.907,70	4.907,70	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referênte ao mês 04/2011, conforme trajeto nº 02 percorrendo 1.995Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1043	29/04/2011	TRANSPORTES TAIS DE TAIS GALVAN - ME	5.506,20	5.506,20	5.506,20	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referênte ao mês 04/2011, conforme trajeto nº 01 percorrendo 2.185Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1048	29/04/2011	TRANSPORTE PELIZZER - ADEMIR PELIZZER - ME	85,05	85,05	85,05	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de alunos da APAE para apresentação na Festa do brodo realizado no dia 30/04/11 percorrendo 35Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1055	29/04/2011	ANALÚ TERESA SANDI ELEJUKI	1.500,00	1.500,00	1.500,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviços na área de alimentação e nutrição nas escolas da rede Municipal de ensino, orientar a compra de produtos e o cardápio de merenda escolar referênte ao mês de Abril/2011.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1369	31/05/2011	ANALÚ TERESA SANDI ELEJUKI	1.500,00	1.500,00	1.500,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviços na área de alimentação e nutrição nas escolas da rede Municipal de ensino, orientar a compra de produtos e o cardápio de merenda escolar referênte ao mês de Maio/2011.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1399	31/05/2011	GTC GUARESE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. ME	167,04	167,04	167,04	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de alunos da APAE para apresentação na Festa do brodo realizado no dia 01/05/11 percorrendo 96Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1411	31/05/2011	GM TRANSPORTES - ALDUINO MASSON - ME.	11.417,00	11.417,00	11.417,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Joaçaba, referênte ao mês 05/2011, conforme trajetos nº03 percorrendo 2.134km e trajeto nº04 percorrendo 2.418km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1412	31/05/2011	TRANSPORTES TAIS DE TAIS GALVAN - ME	6.224,40	6.224,40	6.224,40	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referênte ao mês 05/2011, conforme trajeto nº 01 percorrendo 2.470Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1413	31/05/2011	TRANSPORTES LS-LEONIR SOSTER -ME	5.682,60	5.682,60	5.682,60	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referênte ao mês 05/2011, conforme trajeto nº 02 percorrendo 2.310Km.
Prefeitura	01 - Receitas de	361	1697	27/06/2011	ANALÚ TERESA SANDI	1.500,00	1.500,00	1.500,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviços na

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Jaborá	Impostos e Transf de Impostos: Educação				ELEJUKI				área de alimentação e nutrição nas escolas da rede Municipal de ensino, orientar a compra de produtos e o cardápio de merenda escolar referente ao mês de Junho/2011.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1731	30/06/2011	TRANSPORTES TAIS DE TAIS GALVAN - ME	5.985,00	5.985,00	5.985,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 06/2011, conforme trajeto nº 01 percorrendo 2.375Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1732	30/06/2011	GM TRANSPORTES - ALDUINO MASSON - ME.	10.232,32	10.232,32	10.232,32	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Joaçaba, referente ao mês 06/2011, conforme trajetos nº03 percorrendo 1.940km e trajeto nº04 percorrendo 2.139km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1733	30/06/2011	TRANSPORTES LS-LEONIR SOSTER -ME	5.166,00	5.166,00	5.166,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 06/2011, conforme trajeto nº 02 percorrendo 2.100Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2004	26/07/2011	ANALÚ TERESA SANDI ELEJUKI	1.500,00	1.500,00	1.500,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviços na área de alimentação e nutrição nas escolas da rede Municipal de ensino, orientar a compra de produtos e o cardápio de merenda escolar referente ao mês de Julho/2011.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2008	27/07/2011	TRANSPORTES LS-LEONIR SOSTER -ME	3.357,90	3.357,90	3.357,90	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 07/2011, conforme trajeto nº 02 percorrendo 1.365Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2009	27/07/2011	GM TRANSPORTES - ALDUINO MASSON - ME.	11.170,62	11.170,62	11.170,62	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Joaçaba, referente ao mês 07/2011, conforme trajetos nº03 percorrendo 2.037km e trajeto nº04 percorrendo 2.418km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2016	27/07/2011	TRANSPORTES TAIS DE TAIS GALVAN - ME	4.548,60	4.548,60	4.548,60	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 07/2011, conforme trajeto nº 01 percorrendo 1.805Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2322	23/08/2011	ANALÚ TERESA SANDI ELEJUKI	1.500,00	1.500,00	1.500,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviços na área de alimentação e nutrição nas escolas da rede Municipal de ensino, orientar a compra de produtos e o cardápio de merenda escolar referente ao mês de Agosto/2011.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2383	25/08/2011	TRANSPORTES TAIS DE TAIS GALVAN - ME	6.463,80	6.463,80	6.463,80	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 08/2011, conforme trajeto nº 01 percorrendo 2.565Km.
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e Transf	361	2384	25/08/2011	GM TRANSPORTES - ALDUINO MASSON -	11.657,56	11.657,56	11.657,56	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Joaçaba, referente



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Jaborá	de Impostos: Educação				ME.				ao mês 08/2011, conforme trajetos nº03 percorrendo 2.134km e trajeto nº04 percorrendo 2.418km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2385	25/08/2011	TRANSPORTES LS-LEONIR SOSTER -ME	5.940,90	5.940,90	5.940,90	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 08/2011, conforme trajeto nº 02 percorrendo 2.415Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2769	28/09/2011	ANALÚ TERESA SANDI ELEJUKI	1.500,00	1.500,00	1.500,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço na área de alimentação e nutrição, com habilidades técnicas de, planejamento, organização, direção, controle, supervisão e avaliação enérentes ao serviço de nutrição. Contrato Ad. 055/2011, referente ao mês de Setembro/2011.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2784	29/09/2011	GM TRANSPORTES - ALDUINO MASSON - ME.	10.939,98	10.939,98	10.939,98	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Joaçaba, referente ao mês 09/2011, conforme trajetos nº03 percorrendo 2.037km e trajeto nº04 percorrendo 2.325km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2785	29/09/2011	TRANSPORTES LS-LEONIR SOSTER -ME	5.424,30	5.424,30	5.424,30	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 09/2011, conforme trajeto nº02 percorrendo 2.205Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2793	29/09/2011	TRANSPORTES TAIS DE TAIS GALVAN - ME	5.985,00	5.985,00	5.985,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 09/2011, conforme trajeto nº 01 percorrendo 2.375Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3044	27/10/2011	ANALÚ TERESA SANDI ELEJUKI	1.500,00	1.500,00	1.500,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço na área de alimentação e nutrição, com habilidades técnicas de, planejamento, organização, direção, controle, supervisão e avaliação enérentes ao serviço de nutrição. Contrato Ad. 055/2011, referente ao mês de Outubro/2011.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3060	27/10/2011	TRANSPORTES LS-LEONIR SOSTER -ME	5.166,00	5.166,00	5.166,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 10/2011, conforme trajeto nº02 percorrendo 2.100Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3061	27/10/2011	TRANSPORTES TAIS DE TAIS GALVAN - ME	5.985,00	5.985,00	5.985,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 10/2011, conforme trajeto nº 01 percorrendo 2.375Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	3062	27/10/2011	GM TRANSPORTES - ALDUINO MASSON - ME.	10.462,96	10.462,96	10.462,96	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Joaçaba, referente ao mês 10/2011, conforme trajetos nº03 percorrendo 1.940km e trajeto

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								nº04 percorrendo 2.232km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3312	28/11/2011	ANALÚ TERESA SANDI ELEJUKI	1.500,00	1.500,00	1.500,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço na área de alimentação e nutrição, com habilidades técnicas de planejamento, organização, direção, controle, supervisão e avaliação inerentes ao serviço de nutrição. Contrato Ad. 055/2011, referente ao mês de Novembro/2011.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3340	29/11/2011	GM TRANSPORTES - ALDUINO MASSON - ME.	9.985,94	9.985,94	9.985,94	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Joaçaba, referente ao mês 11/2011, conforme trajetos nº03 percorrendo 1.843km e trajeto nº04 percorrendo 2.139km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3341	29/11/2011	TRANSPORTES LS-LEONIR SOSTER -ME	5.166,00	5.166,00	5.166,00	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 11/2011, conforme trajeto nº02 percorrendo 2.100Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3342	29/11/2011	TRANSPORTES TAIS DE TAIS GALVAN - ME	5.745,60	5.745,60	5.745,60	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 11/2011, conforme trajeto nº 01 percorrendo 2.280Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3609	19/12/2011	TRANSPORTES LS-LEONIR SOSTER -ME	1.808,10	1.808,10	1.808,10	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 12/2011, conforme trajeto nº02 percorrendo 735Km.
Prefeitura Municipal de Jaborá	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3610	19/12/2011	TRANSPORTES TAIS DE TAIS GALVAN - ME	3.351,60	3.351,60	3.351,60	Valor que se empenha para suprir despesas de prestação de serviço de transporte de estudantes universitários de Jaborá à Concórdia, referente ao mês 12/2011, conforme trajeto nº01.
TOTAL						238.164,65	238.164,65	238.164,65	